



CURITIBA



CURITIBA S.A.
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA

Contrato n.º 59 de Compra e Venda com Cláusulas Restritivas, que entre si celebram a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A** e **PEDRO ANTONIO GARCIA DE SOUZA**.

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de Direito, de um lado: **PEDRO ANTONIO GARCIA DE SOUZA**, portador da carteira de identidade RG nº 10.272.194-2 SSP/PR, inscrito no CPF/CNPJ sob o nº 098.741.879-30, residente e domiciliado à Rua Lagoa Dourada, n.º 231 - Campo Comprido, Cidade de Curitiba/PR, CEP 81.240-371 doravante denominado simplesmente **COMPRADOR**; e de outro, **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A.**, sociedade de economia mista municipal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.493.899/0001-93, com sede nesta Capital, na Rua Barão do Rio Branco, nº 45, anteriormente denominada Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CDC, CIC - Companhia de Desenvolvimento de Curitiba, CIC - Cidade Industrial de Curitiba S.A, e Companhia de Urbanização de Curitiba - URBS, neste ato e na forma de seu Estatuto representada por seu Diretor Presidente **WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA**, CPF/MF nº 839.068.789-53, e por seu Diretor Administrativo e Financeiro, **MATEUS MARANHÃO RAMOS**, inscrito no CPF/MF nº 029.446.649-56, assistidas pela Supervisora Jurídica da Companhia **SANDRA REGINA SCHIMITKA ROMANIELLO**, inscrita na OAB/PR sob o nº 18.190, adiante denominada simplesmente **VENDEDORA**, e de outro lado, **PEDRO ANTONIO GARCIA DE SOUZA**, inscrito no CPF/MF sob o nº 098.741.879-30, portador da carteira de identidade RG nº 10.272.194-2/SSP PR, com endereço na Rua Lagoa Dourada, 231, Campo Comprido - CEP: 81.240-371, Curitiba PR, doravante denominado simplesmente **COMPRADOR**; simultaneamente referidos como PARTES, resolvem celebrar o **CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE BEM IMÓVEL**, em conformidade com processo administrativo sob nº **01-039.433/2018** e o Resultado da **Concorrência Pública n.º 001/2017** e o **Processo de Dispensa de Licitação n.º 007/2018**, com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto

Tem o presente negócio jurídico a finalidade de estabelecer a promessa de compra e venda do imóvel descrito como: Compra e venda do imóvel descrito como : Lote registrado perante a 8ª Circunscrição de Registro Imobiliário da Comarca de Curitiba, sob a matrícula 42.350, de Indicação Fiscal 89.189.001.000, lote nº 01, da quadra nº 13, do loteamento "São Francisco", situado na Colônia D. Augusta nesta capital, medindo 19,82 metros de frente para a Rua denominada Lateral Esquerda do Eixo Contorno Sul, por 29,465 metros de extensão da frente aos fundos pelo lado esquerdo de quem da rua olha o imóvel, onde confronta com o loteamento São Miguel, 25,85 metros de extensão pelo lado direito onde confronta com o lote nº 02, tendo 9,86 metros de largura na linha de fundos onde confronta com o lote nº 08, ambos da mesma quadra e planta, com área de 390,12 m².

Parágrafo Primeiro - Declara a **VENDEDORA** que o imóvel objeto do presente é de seu domínio pleno e se encontra livre e desimpedido.



CURITIBA



CURITIBA S.A.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA

Parágrafo Segundo - A Escritura Definitiva será somente outorgada após o pagamento integral do valor do imóvel, com a transferência do domínio ao outorgante.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Preço e da Forma de Pagamento

Como preço O **COMPRADOR** pagará a **VENDEDORA** o valor de **R\$ 346,04/m² (trezentos e quarenta e seis reais e quatro centavos)**, totalizando o valor total de **R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais)**, nas seguintes condições:

- a) Parcela de entrada no valor de **R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais)**, paga à vista, no ato de assinatura deste.
- b) **24 (vinte e quatro)** parcelas iguais e sucessivas de **R\$ 4.786,63 (quatro mil setecentos e oitenta e seis reais e sessenta e três centavos)**, reajustáveis anualmente pelo fator de correção monetária eleito para este contrato, vencíveis no dia **15 (quinze)** de cada mês, vencendo a primeira em 15/07/2018 e a última em 15/06/2020.

CLÁUSULA TERCEIRA - Da Hipótese de Impontualidade dos Pagamentos

Havendo impontualidade no pagamento das parcelas do preço, será aplicada a multa de 10% (dez por cento) e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, além da correção monetária pelo fator de correção monetária eleito para este contrato.

Parágrafo único - A inadimplência simultânea de 3 (três) parcelas, sucessivas ou não, causará o vencimento antecipado da dívida, podendo a **VENDEDORA** optar pela execução de todo o saldo remanescente acrescido dos encargos moratórios ou pela rescisão do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - Das Restrições de Uso e Ocupação do Imóvel

Declara o **COMPRADOR** neste ato que tem conhecimento das restrições de uso incidentes sobre o imóvel objeto do presente tais como áreas não edificáveis de preservação permanente, faixas de domínio e servidões de passagem.

Parágrafo primeiro - Declara o **COMPRADOR** em especial que procedeu à vistoria prévia do imóvel objeto do presente e está ciente de todas as características físicas da área e de seu entorno, capazes de afetar a ocupação e uso do solo, tais como a existência de cursos e corpos d'água, rodovias, ferrovias, linhas de transmissão de energia, redes de distribuição de água, rede de coleta de esgotos, gasodutos, oleodutos, linhas de comunicação de dados, visadas de transmissão de microondas, dentre outras, que direta ou indiretamente afetem a área, destacando que a listagem constante do Anexo II é meramente enunciativa.



CURITIBA



CURITIBA S.A.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA

Parágrafo segundo - Declara o **COMPRADOR** igualmente que tem conhecimento do tipo de zoneamento urbano incidente sobre o imóvel objeto deste contrato, e dos seus parâmetros de ocupação, assim como tem ciência da legislação de posturas urbanas e ambiental aplicável.

CLÁUSULA QUINTA - Da Responsabilidade sobre o Empreendimento a ser Executado no Imóvel Objeto do Contrato

É de responsabilidade exclusiva do **COMPRADOR** o cumprimento de todos os pré-requisitos e a obtenção de todos os pressupostos para a implantação e início da operação a ser executado no imóvel objeto do contrato, tais como alvarás, licenças e autorizações perante os órgãos públicos competentes, bem como o pagamento de todos os emolumentos, taxas e despesas, se for o caso.

Parágrafo primeiro - É igualmente de responsabilidade exclusiva do **COMPRADOR** a observância das normas de segurança pública e ambiental, e das posturas municipais para edificação e desenvolvimento das atividades pretendidas, sendo causa de rescisão imediata com aplicação da multa contratual a não observância da legislação ambiental, urbanística e de saúde pública.

Parágrafo segundo - Declara o **COMPRADOR** neste ato que previamente à assinatura deste realizou todos os estudos de viabilidade que pretende implantar e operar no imóvel, que está ciente de todas as restrições legais a atividade a ser desenvolvida e ao seu desenvolvimento no imóvel objeto do contrato em específico, e que assume integral e exclusivamente os ônus decorrentes de eventual impossibilidade de implantar e operar o empreendimento nos moldes previstos, desonerando a **VENDEDORA** de qualquer responsabilidade e estando ciente de que esta circunstância não constitui causa para resolver o contrato em seu benefício.

CLÁUSULA SEXTA - Da Responsabilidade pela Conservação do Imóvel

Durante a vigência do presente contrato e sob pena de rescisão, deverá o **COMPRADOR** manter o bem objeto do contrato em perfeito estado de integridade, segurança, uso e gozo.

Parágrafo primeiro - A deterioração do bem objeto do contrato, qualquer que seja o seu motivo, não será causa para eximir o **COMPRADOR** da conclusão do negócio jurídico e nem do pagamento integral do preço.

Parágrafo segundo - Poderá a **VENDEDORA** durante a vigência deste contrato exigir que o **COMPRADOR** tome as providências necessárias para garantir a o perfeito estado de integridade, segurança, uso e gozo do imóvel objeto do presente.

CLÁUSULA SÉTIMA - Da Restrição à Oferta do Imóvel como Garantia

Enquanto não quitado integralmente o preço, o **COMPRADOR** não poderá ofertar o bem objeto do



CURITIBA



CURITIBA S.A.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA

presente e nem tampouco os direitos decorrentes deste contrato como garantia, penhor ou caução de quaisquer negócios jurídicos ou ações judiciais, nem sobre ele constituir qualquer ônus reais, sob pena de ineficácia absoluta e integral responsabilidade perante terceiros prejudicados, sem prejuízo da reparação de eventuais danos causados à **VENDEDORA**.

Parágrafo primeiro - Após a quitação do preço e a formalização do instrumento definitivo de compra e venda, a presente cláusula perde sua eficácia.

Parágrafo segundo - Em qualquer hipótese, no caso de penhora, arrestamento, indisponibilização ou constrição judicial do bem objeto deste contrato resta o **COMPRADOR** obrigado a comunicar imediatamente os termos do presente contrato ao Juízo que a tenha ordenado e à **VENDEDORA** a ocorrência do fato, sob pena de responder pelos prejuízos que sua omissão ou demora der causa, até a quitação integral deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA - Da Imissão Imediata na Posse

Respeitadas as limitações estabelecidas neste instrumento, fica o **COMPRADOR** imitido imediatamente na posse do imóvel objeto do presente contrato, assumindo todos os encargos e vantagens dela decorrentes, inclusive a obrigação de pagar todos e quaisquer encargos incidentes sobre o bem, tais como impostos, taxas, multas e contribuições, mesmo que lançados em nome da **VENDEDORA**.

CLÁUSULA NONA - Da Rescisão

Serão motivos para rescisão do presente contrato de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, com aplicação da multa contratual, e sem prejuízo das cominações legais aplicáveis e eventual ação para reparação dos danos que sobejarem a penalidade ou para regresso:

- a) a utilização do bem de forma diversa do previsto no presente contrato;
- b) o descumprimento das cláusulas e condições contratuais;
- c) a inobservância da legislação ambiental, urbanística e de saúde pública.

Parágrafo primeiro - No caso de rescisão motivada pelo **COMPRADOR**:

- a) o **COMPRADOR** perderá em favor da **VENDEDORA** a título de ressarcimento pela indisponibilidade do imóvel os valores que tiver pago em função deste contrato.
- b) as benfeitorias necessárias e as úteis que não puderem ser retiradas do imóvel objeto do presente restarão incorporadas ao bem, não cabendo ao **COMPRADOR** ressarcimento ou indenização, nem



CURITIBA



CURITIBA S.A.
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA

direito à retenção.

c) outras benfeitorias deverão ser retiradas pelo **COMPRADOR** no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados da notificação de rescisão, sob pena de responder pelo custo de remoção e depósito ou perde-las em favor da **VENDEDORA**.

Parágrafo segundo - A rescisão do presente contrato não eximirá o **COMPRADOR** da responsabilidade exclusiva pelos eventuais passivos fiscais e ambientais incidentes sobre o do imóvel objeto do presente.

CLÁUSULA DÉCIMA - Da Multa por Infração Deste Contrato

As partes estipulam o pagamento da multa na proporção de 10% (dez por cento) do valor total do contrato a ser aplicada a PARTE que der causa à resolução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da Opção pelo Vencimento Antecipado da Dívida

Em qualquer das hipóteses de rescisão do presente contrato poderá a **VENDEDORA** optar pelo vencimento antecipado da dívida com a aplicação da totalidade dos encargos e a pronta execução do saldo remanescente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Do Instrumento Definitivo de Compra e Venda

O instrumento definitivo de compra e venda será outorgado pela **VENDEDORA** após o pagamento integral do preço e desde que:

- a) o **COMPRADOR** tenha cumprido todas as obrigações previstas neste contrato;
- b) haja prévia comprovação de quitação das obrigações fiscais incidentes sobre o imóvel objeto do contrato;
- c) o **COMPRADOR** apresente todos os documentos e informações necessários à composição da escritura que lhe competirem.

Parágrafo Primeiro - O instrumento definitivo de compra e venda será outorgado pela **VENDEDORA** no prazo de até 120 (cento e vinte) dias contados do pedido formal de outorga devidamente instruído com todos os documentos e informações necessários à composição da escritura, ressalvados os casos de impedimento por motivo de força maior, dentre os quais a pendência de processo administrativo ou judicial de retificação, desafetação, desmembramento ou subdivisão.

Parágrafo Segundo - No caso de inércia do **COMPRADOR**, poderá a **VENDEDORA** convocá-lo para formalização do instrumento definitivo de compra e venda, concedendo-lhe prazo de 60 (sessenta) dias para assinatura do documento, após prévia entrega das informações e documentos necessários a



CURITIBA



CURITIBA S.A.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA

tal fim.

Parágrafo Terceiro - Compete ao **COMPRADOR** arcar com as despesas relativas à escrituração e registro do instrumento definitivo de compra e venda.

Parágrafo Quarto - Caso à época de outorga do instrumento definitivo de compra e venda exista algum motivo impeditivo do registro do negócio jurídico, tais como a pendência de processo administrativo ou judicial de retificação, desafetação, desmembramento ou subdivisão, poderão as PARTES optar pela formalização de um instrumento particular de compra e venda, a ser oportunamente convertido no competente instrumento público.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Do Fator de Correção Monetária

As partes elegem como fator de correção monetária para o presente contrato e todos os seus desdobramentos a variação do **IPCA/IBGE**.

Parágrafo único - Na hipótese de extinção do índice ora eleito como fator de correção monetária será utilizado em sua substituição, a partir da data de sua extinção, o fator de correção monetária utilizado pela Prefeitura Municipal de Curitiba para atualização dos débitos tributários dos quais for sujeito ativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Das Liberalidades

Não constituirá novação e nem implicará tácita alteração dos termos deste as concessões ou omissões no exercício de direitos em que as **PARTES** incidirem, constituindo-se tais hipóteses em meras liberalidades.

CLÁUSULA QUINTA - Da Irrevogabilidade e Irretratabilidade

Ressalvadas as hipóteses de rescisão, o presente contrato tem caráter de irrevogabilidade e irretratabilidade, não competindo direito de arrependimento a qualquer das **PARTES**.

CLÁUSULA SEXTA - Do Foro

Elege-se o foro da Comarca de Curitiba, onde se situa o imóvel, para dirimir as questões oriundas do presente contrato, renunciando-se a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as PARTES o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.



CURITIBA



CURITIBA S.A.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA

Curitiba, 15 de Junho de 2018.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A.


WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA

Diretor Presidente da CURITIBA S.A.


MATEUS MARANHÃO RAMOS

Diretor Administrativo e Financeiro da CURITIBA S.A.


SANDRA REGINA SCHIMITKA ROMANIELLO

Supervisora Jurídica da CURITIBA S.A.

PELO COMPRADOR


PEDRO ANTONIO GARCIA DE SOUZA

CPF : 098.741.879-30

Testemunhas:

1ª

CPF/MF: 504.270.149-09

Marcus Vinicius Dos Santos
Assistente Técnico Financeiro
Matrícula 80.884
CURITIBA S.A.

2ª 
CPF/MF: 041.940.690-96

Davidson José Moulepes
Gerência Financeira, Adm. e de Pessoal
Matrícula 81.599
CURITIBA S.A.

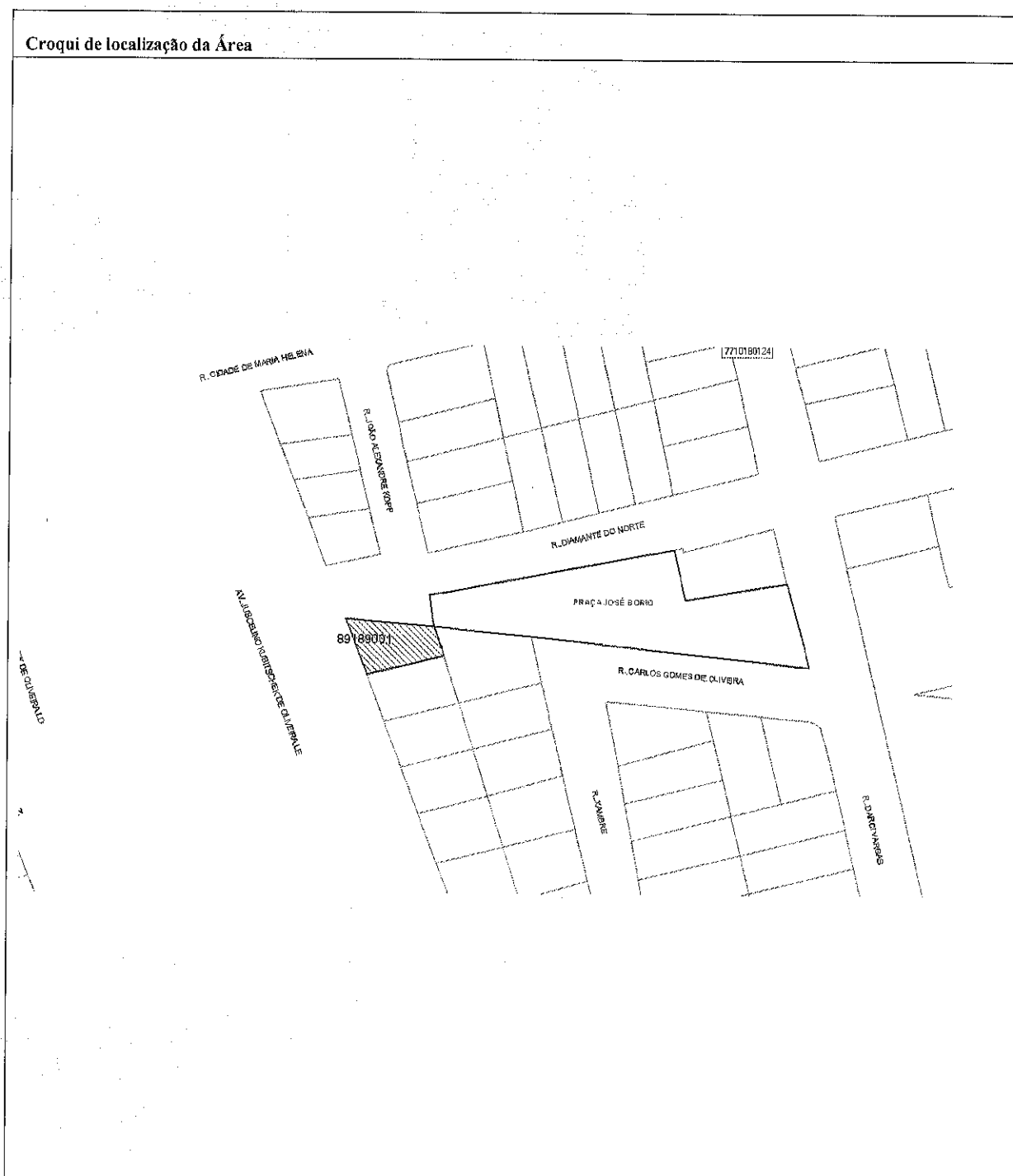


CURITIBA



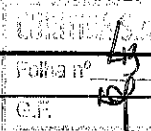
CURITIBA S.A.
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA

ANEXO I do Contrato - CROQUI DE LOCALIZAÇÃO DO LOTE.



COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA

Rua Barão do Rio Branco, 45 - Centro - 80010-180 Curitiba PR - Fone: (41) 3221.8800 Fax: (41) 3221.8811 - www.curitiba.pr.gov.br



Tipo Autorização: Total

Orgão(ões) Requisitante(s)

57 COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA

Objeto da Licitação: A presente licitação tem por objeto a seleção de interessados para aquisição de imóvel de propriedade da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A., localizados na cidade de Curitiba, com as características e preço mínimo de venda constantes no ANEXO I deste Edital, realizando-se a venda, à vista ou parcelada, por quantia igual ou superior ao preço mínimo ali especificado.

Gestor do Contrato: Davidson José Moulepes**Suplente:** Marcus Vinícius Dos Santos**Protocolo SUP:** 01-039433/2018

() Obra (X) Serviço () Registro de Preço () Extra-Orçamentário (X) Contrato () Leilão

Quantidade de Itens: 1**Justificativa da Autorização / Contratação:**

Para alcance dos objetivos estatutários da CURITIBA S/A, bem como a realização da venda de estoque de área da Companhia.

Valor Mínimo Total da Licitação (R\$): 135.000,00**Declaração do Ordenador de Despesas****Nome do Ordenador da Despesa:** WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA**Data da Ordenação:****Autorização da Autoridade Superior:****Autorizo de acordo com a Legislação Vigente:****Autue-se****Protocolo-se****Responsável pela Digitação:** Davidson José Moulepes**Data Digitação:** 05/06/2018

Davidson José Moulepes
Davidson José Moulepes
Gerência Financeira, Adm. e de Pessoal
Matrícula 81.399
CURITIBA S.A.



CURITIBA

Nº 123 - ANO VII

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 4 DE JULHO DE 2018

**DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO
ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA**



parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993,
RESOLVE

TORNAR público os extratos de Contratos, Acordos e outros Ajustes, constantes no anexo.

Contrato n.º 58 para prestação de serviços que entre si celebram a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A.** e o **INSTITUTO CURITIBA DE INFORMÁTICA.**

PROCESSO N.º: 01-004.154/2018 – CURITIBA S/A

Dispensa de Licitação n.º 006/2018

PARTES : COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S/A e o INSTITUTO CURITIBA DE INFORMÁTICA.

OBJETO : O presente CONTRATO tem por objeto a prestação de serviço, bem como a disponibilização de recursos para manutenção do Portal Internet da Curitiba S.A., nos termos previstos no Anexo I do instrumento, contemplando os serviços de Manutenção do Portal Internet e Serviços de Data Center, Hospedagem de Dados e Aplicação.

VALOR GLOBAL : R\$ 42.540,48 (quarenta e dois mil quinhentos e quarenta reais e quarenta e oito centavos).

ASSINATURA : 12 de Junho de 2018.

PRAZO : 24 (VINTE E QUATRO) meses, a vigorar a partir da data da assinatura.

ASSINATURAS : PELA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A : WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA - Diretor Presidente; MATEUS MARANHÃO RAMOS - Diretor Administrativo e Financeiro e SANDRA REGINA S ROMANIELLO - Supervisora Jurídica. Pelo INSTITUTO CURITIBA DE INFORMÁTICA : FABRICIO ORMENEZE ZANINI - Diretor Presidente; MARCELO JOSE DE ARAUJO PRADO - Diretor Administrativo e Financeiro.

Companhia de Desenvolvimento de Curitiba, 3 de julho de 2018.

Davidson Jose Moulepes : Pregoeiro

CONTRATOS - AVISO DE PUBLICAÇÃO Nº 8

Torna público Extratos de Contratos, Acordos e outros Ajustes.

A GERÊNCIA FINANCEIRA ADMINISTRATIVA E DE PESSOAL da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A., no uso de suas atribuições constantes na Reorganização Administrativa de 23 de Abril de 2013, como no parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de Junho de 1993,

RESOLVE

TORNAR público os extratos de Contratos, Acordos e outros Ajustes, constantes no anexo.

Contrato n.º 59 de Compra e Venda com Clausulas Restritivas que entre si celebram a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A.** e **PEDRO ANTONIO GARCIA DE SOUZA.**

PROCESSO N.º: 01-039.433/2018 – CURITIBA S/A

Dispensa de Licitação n.º 007/2018

PARTES : COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S/A e PEDRO ANTONIO GARCIA DE SOUZA.

OBJETO : Tem o presente negócio jurídico a finalidade de estabelecer a promessa de compra e venda do imóvel descrito como: Compra e venda do imóvel descrito como : Lote registrado perante a 8ª Circunscrição de Registro Imobiliário da Comarca de Curitiba, sob a matrícula 42.350, de Indicação Fiscal 89.189.001.000, lote nº 01, da quadra nº 13, do loteamento "São Francisco", situado na Colônia D. Augusta nesta capital, medindo 19,82 metros de frente para a Rua denominada Lateral



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA



Esquerda do Eixo Contorno Sul, por 29,465 metros de extensão da frente aos fundos pelo lado esquerdo de quem da rua olha o imóvel, onde confronta com o loteamento São Miguel, 25,85 metros de extensão pelo lado direito onde confronta com o lote nº 02, tendo 9,86 metros de largura na linha de fundos onde confronta com o lote nº 08, ambos da mesma quadra e planta, com área de 390,12 m².

VALOR GLOBAL: R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).

ASSINATURA : 15 de Junho de 2018.

PRAZO : 24 (VINTE E QUATRO) meses, a vigorar a partir da data da assinatura.

ASSINATURAS : PELA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A : WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA - Diretor Presidente; MATEUS MARANHÃO RAMOS - Diretor Administrativo e Financeiro e SANDRA REGINA S ROMANIELLO - Supervisora Jurídica. PEDRO ANTONIO GARCIA DE SOUZA - Comprador. TESTEMUNHAS - Davidson Jose Moulepes e Marcus Vinícius dos Santos.

Companhia de Desenvolvimento de Curitiba, 3 de julho de 2018.

Davidson Jose Moulepes : Pregoeiro

URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.

CONTRATOS - AVISO DE PUBLICAÇÃO Nº 63

*Torna público, Extratos de: Termo de RESCISÃO,
Termo de Outorga de Autorização de Uso e Termo de
Unificação de Autorizatórios.*

A URBS – Urbanização de Curitiba S.A. resolve TORNAR público os Extratos de Termo de RESCISÃO, Termo de Outorga de Autorização de Uso e Termo de Unificação de Autorizatórios, constantes abaixo:

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO TERMO DE OUTORGA DE PERMISSÃO DE USO E COMPROMISSO N.º 225/97 E ENTREGA VOLUNTÁRIA.

Permitente: URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.

Permissionária: RITA DE FÁTIMA COELHO MARTINS.

Objeto: Considerando que a PERMISSIONÁRIA procedeu a devolução do Espaço n.º 2, localizado na Rua Senador Accioli Filho esquina com a Rua João Bettega (em frente à ICO Comercial – CIC), objeto do Termo de Outorga de Permissão de Uso e de Compromisso n.º 225/97, através do protocolo 01-006070/2018.

Motivo: Em razão da falta de interesse da PERMISSIONÁRIA em continuar ocupando o espaço permissionado.

Autoridade competente: Ogeny Pedro Maia Neto.

Data da assinatura: 02.05.2018

EXTRATO DO TERMO DE OUTORGA DE AUTORIZAÇÃO DE USO N.º 016/2018.

Autorizante: URBS – URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.

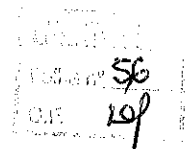
Autorizatória: CRISLEINE RODRIGUES DOS SANTOS.

Objeto: Autorização de Uso, a título precário, do Box nº 435, localizado no MERCADO CENTRAL – RUA DA CIDADANIA DA MATRIZ.

Motivo: O presente Termo de Outorga de Permissão de Uso, é **Transferência** do Termo n.º 435/1997, em nome de GELTRUDES GONÇALVES DE JESUS STABILE, datado de 04/03/1997.

Atividade: Comércio de artigos de couro, confecções e brinquedos, não sendo admitido, em qualquer tempo, o uso diverso da destinação aqui prevista.

EXTRATO DE CONTRATO



Contrato n.º 59 de Compra e Venda com Clausulas Restritivas que entre si celebram a **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A.** e **PEDRO ANTONIO GARCIA DE SOUZA**.

PROCESSO N.º: 01-039.433/2018 – CURITIBA S/A

Dispensa de Licitação n.º 007/2018

PARTES: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA –
CURITIBA S/A e PEDRO ANTONIO GARCIA DE SOUZA.

OBJETO: Tem o presente negócio jurídico a finalidade de estabelecer a promessa de compra e venda do imóvel descrito como: Compra e venda do imóvel descrito como : Lote registrado perante a 8ª Circunscrição de Registro Imobiliário da Comarca de Curitiba, sob a matrícula 42.350, de Indicação Fiscal 89.189.001.000, lote nº 01, da quadra nº 13, do loteamento “São Francisco”, situado na Colônia D. Augusta nesta capital, medindo 19,82 metros de frente para a Rua denominada Lateral Esquerda do Eixo Contorno Sul, por 29,465 metros de extensão da frente aos fundos pelo lado esquerdo de quem da rua olha o imóvel, onde confronta com o loteamento São Miguel, 25,85 metros de extensão pelo lado direito onde confronta com o lote nº 02, tendo 9,86 metros de largura na linha de fundos onde confronta com o lote nº 08, ambos da mesma quadra e planta, com área de 390,12 m².

VALOR GLOBAL: R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais).

ASSINATURA: 15 de Junho de 2018.

PRAZO: 24 (VINTE E QUATRO) meses, a vigorar a partir da data da assinatura.

ASSINATURAS: PELA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA -
CURITIBA S.A : WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA - Diretor

Presidente; MATEUS MARANHÃO RAMOS - Diretor Administrativo e Financeiro e SANDRA REGINA S ROMANIELLO - Supervisora Jurídica. PEDRO ANTONIO GARCIA DE SOUZA - Comprador. TESTEMUNHAS - Davidson Jose Moulepes e Marcus Vinícius dos Santos.

Companhia de Desenvolvimento de Curitiba
Gerência Financeira Administrativa e de Pessoal


INFORMAÇÃO

Protocolo nº 01-039.433/2018

Assunto: Indicação de Gestor e Suplente : Lei Municipal n.º 1066/2016.

OBJETO: Seleção de interessados para aquisição dos imóveis de propriedade da CURITIBA S.A., localizados na cidade de Curitiba, com as características e preço mínimo de venda constantes no ANEXO I do Edital de Concorrência Pública n.º 001/2017 - CURITIBA S.A.


Para as obrigações constantes do Decreto Municipal n.º 1066/2016, referente a contratação indicada em epígrafe, designamos os funcionários **DAVIDSON JOSÉ MOULEPES**, matrícula n.º 81.599 e **MARCUS VINÍCIUS DOS SANTOS**, matrícula n.º 80.964 e, para atuar como gestor e suplente respectivamente, com a ciência dos mesmos.


WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA
Diretor Presidente


MATEUS MARANHÃO RAMOS
Diretor Administrativo e Financeiro

Ciente:


DAVIDSON JOSÉ MOULEPES
Matrícula nº 81.599


MARCUS VINÍCIUS DOS SANTOS
Matrícula nº 80.964

Curitiba, 05 de Junho de 2018.



CURITIBA S.A.
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA



PORTARIA Nº 01

Designa Pregoeiro e Membros de Equipe de Apoio no âmbito da
Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S.A.

A Diretoria Executiva da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA S. A.**, no uso das atribuições que lhe conferem o Estatuto Social, e em conformidade com o disposto na Lei Federal n.º 8.666/1993 e alterações da Lei Federal n.º 10.520/02 e no Decreto Federal n.º 3.555/2000,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar, a partir de 16 de Janeiro do corrente, os colaboradores abaixo relacionados, para atuarem como Pregoeiro e Membros de Equipe de Apoio nos processos licitatórios, nos processos de Dispensas de Licitação e Inexigibilidade de Licitação, no âmbito da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - CURITIBA S.A. :

Davidson José Moulepes : Matrícula n.º 81.599 - Pregoeiro

Vladimir Costa Collares : Matrícula n.º 81.582- Equipe de Apoio

Marcus Vinícius dos Santos : Matrícula n.º 80.964 - Equipe de Apoio

Rosângela Aparecida Ieski - Matrícula n.º 81.490 - Equipe de Apoio

Adriane Orchel - Matrícula n.º 81.598 - Equipe de Apoio

Art. 2º O Pregoeiro e Equipe de Apoio serão devidamente indicados no edital de embasamento para cada processo licitatório.

Art. 3º Caberá ao Pregoeiro a elaboração e julgamento dos procedimentos licitatórios na modalidade Pregão e compras por meio eletrônico, bem como demais funções pertinentes, em conformidade com a Legislação vigente.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Art. 4º O mandato dos pregoeiros será de 1 (um) ano, a contar da data de designação desta Portaria.

Gabinete da Presidência e da Diretoria Administrativa e Financeira da Companhia de Desenvolvimento de Curitiba – CURITIBA S. A., em 16 de Janeiro de 2018.



WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA
Diretor Presidente



MATEUS MARANHÃO RAMOS
Diretor Administrativo e Financeiro



PROTOCOLO 01-039433/2018

PARECER Nº 031/2017-DP-4

**EMENTA: ALIENAÇÃO DE
BEM IMÓVEL - DISPENSA
DE LICITAÇÃO -
LICITAÇÃO ANTERIOR
DESERTA - VIABILIDADE
JURÍDICA.**

A Gerência Financeira encaminha o presente protocolo para manifestação desta Supervisão Jurídica quanto a possibilidade de venda direta do bem imóvel objeto da Matrícula 42.350/8ª CRI, cadastrado sob a indicação fiscal nº. 89.189.001.000, de propriedade da Companhia.

Informa que referido bem imóvel já foi objeto de licitação anterior, na modalidade de Concorrência Pública nº 001/2017, realizada em data de 20/10/2017, na qual não acudiram interessados, tendo sido deserto o certame.

Através do requerimento de fls. 01, o interessado manifesta interesse na aquisição de referido imóvel, pelo valor de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais), com sinal de negócio e saldo financiado em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas.

Segundo consta do ANEXO 01 da citada Concorrência Pública 001/2017, acostado às fls. 08, o imóvel em questão corresponde ao Lote 02 da relação, cujo valor de venda à época foi no mesmo valor ora ofertado.

De igual forma, se constata que as condições estabelecidas naquele certame eram para pagamento mediante entrada no percentual de pelo menos 20% (vinte por cento) do valor mínimo de venda e o saldo podendo ser parcelado em até 60 (sessenta) meses, com a atualização pelo IPCA.

Estes são os fatos, passaremos a análise jurídica da questão.

Inicialmente, cumpre ressaltar que a realização de licitação é regra para a Administração Pública. O ordenamento jurídico, contudo, lista exceções à regra geral, permitindo a contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação. Prevendo a hipótese de não haver interessados na Licitação, a Lei 8.666/93, em seu art. 24, V, prescreve que:

“Art. 24. É dispensável a licitação”:

(...)

V – quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo à administração, mantidas, neste caso, todas as condições estabelecidas.”



Portanto, resta demonstrado que a dispensa da licitação justifica-se quando realizado o processo licitatório sem êxito, ante a ausência de interessados. *In casu*, repita-se, foi realizada a licitação, na modalidade que exige a lei, ou seja, concorrência pública, com a finalidade de alienar referido bem imóvel, porém sem êxito, eis que não acudiram interessados.

Dessa forma, resta evidenciado a possibilidade de proceder a alienação direta, fazendo uso da dispensa da Licitação, na forma do art. 24, V da Lei n.º 8.666/93, que estabelece ser dispensável a licitação quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, **justificadamente**, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, mantidas, nesse caso, todas as condições preestabelecidas.

Em linhas gerais, o dispositivo legal quer resguardar a Administração de realizar novo procedimento cuja repetição possa ser prejudicial.

Frisa-se, no entanto, que a necessidade de observar, quando da alienação com dispensa, se as condições estabelecidas no edital de licitação estão adequadas as práticas de mercado.

O Tribunal de Contas da União, é de entendimento que observadas as formalidades legais e fracassada a licitação é possível lançar mão da possibilidade de dispensa de licitação, veja-se:

"Ementa: Licitação Fracassada – itens sem interessados. TCU decidiu: "... uma vez cumpridas todas as formalidades legais pertinentes que garantam a ampla participação dos licitantes na alienação de materiais e equipamentos, divididos por itens ou unidades autônomas, na modalidade concorrência, se ainda assim, não acudirem interessados para todas as parcelas ofertadas, é cabível a aplicação do disposto no art. 24, inciso V, da Lei n.º 8.666/93, para venda dos itens e unidades remanescentes, mantidos todos os critérios de habilitação, preço mínimo e demais condições fixadas no edital que deu início ao certame, limitada a dispensa de nova licitação ao prazo máximo de sessenta meses." Fonte TCU. 016.731/95-6. Decisão n.º 655/1995 – Plenário.

Conforme se observa a hipótese de dispensa aventada exige o atendimento destes pressupostos demonstrados, quais sejam, a ocorrência de licitação anterior, a ausência de interessados, o risco de prejuízos com novo certame e a observância das mesmas condições estabelecidas.

No presente caso, ao que se constata estão atendidos tais pressupostos, devendo, tão somente, ser justificado o possível prejuízo com a realização de novo procedimento licitatório. Há que ficar substancialmente demonstrado que não se trata de mera liberalidade, mas sim que se destina a evitar riscos ou prejuízos com a repetição da licitação. *Máxime*, como brilhantemente ensina o magistério de Marçal Justen Filho, quando o "problema não é realizar a licitação, mas repetir uma licitação que já foi processada regularmente, sem que despertasse interesse dos particulares".



Aplicam-se, neste caso, os princípios da economicidade e da eficiência, pois repetir a licitação implica em desperdício de tempo, de recursos humanos e de recursos financeiros com o novo procedimento, cuja realização não é garantia de que acudam interessados.

Neste aspecto, há que se considerar o objeto licitado, alienação de bem imóvel, cujo interesse decorre de inúmeros fatores, em especial a oferta e a demanda de mercado, que segundo se tem noticiado está bastante comprometida em virtude do momento econômico que enfrenta o país. E o procedimento já realizado evidencia tal situação, na medida em que nenhuma manifestação de interesse restou configurada no certame.

Assim, parece-nos que aguardar a realização de novo procedimento, com todas as formalidades e prazos a serem cumpridos, há o risco de que o interessado tenha buscado outra oportunidade de negócio e adquirido o bem imóvel que pretende. Via de consequência, a Companhia deixar de realizar a venda e não ter êxito no novo procedimento, o que de fato representa um risco considerável e um prejuízo na medida em que a venda de bens imóveis pela Companhia além de constituir sua finalidade social, também representa o cumprimento de sua competência delegada pelo Município de Curitiba, seu acionista majoritário, qual seja a de fomentar a atividade econômica com a implantação de empresas naquelas áreas que compõem o pólo industrial, como é o caso.

De outra vertente, há que se salientar que a dispensa da licitação, além da observância daqueles pressupostos de ordem legal, há que se ressaltar que tal situação não implica que a alienação poderá ocorrer sem o cumprimento das exigências anteriormente estabelecidas no certame licitatório realizado, as quais devem da mesma forma ser cumpridas na venda direta.

Diante do exposto, a dispensa de licitação esta Supervisão Jurídica, é de parecer pela viabilidade jurídica da alienação direta do imóvel, com a dispensa da licitação com base no art. 24, V, da Lei 8.666/93.

Diante do exposto, entende esta Supervisão Jurídica que a alienação do bem imóvel em tela, mediante regular procedimento de dispensa de licitação, encontra amparo legal nas disposições do Artigo 24, V, da Lei 8.666/93, cumpridos os pressupostos ali estabelecidos, e mediante a deliberação da Diretoria Executiva, nos termos de sua competência estatutária, e o cumprimento das normativas da sociedade para a alienação de bens imóveis.

É o parecer, s.m.j.

SANDRA REGINA S. ROMANIELLO
OAB-PR 18190
SUPERVISÃO JURÍDICA



CURITIBA



CURITIBA S.A.
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA

PROJETO BÁSICO

Protocolo nº: 01-039.433/2018
Setor Requisitante: Gerência Financeira Administrativa e de Pessoal
Fiscal de Contrato: Davidson José Moulepes **Ramal/E-mail** 8820 dmoulepes@curitibasa.com.br
Valor Mínimo: R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais)

Objeto:

A presente licitação tem por objeto a seleção de interessados para aquisição de imóvel de propriedade da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A., localizados na cidade de Curitiba, com as características e preço mínimo de venda constantes no ANEXO I deste Edital, realizando-se a venda, à vista ou parcelada, por quantia igual ou superior ao preço mínimo ali especificado.

Justificativa da Contratação:

Para alcance dos objetivos estatutários da CURITIBA S/A, bem como a realização da venda de estoque de área da Companhia.

Especificação/detalhamento dos bens e/ou serviços:

LOTE 2 : Compra e venda do imóvel descrito como : Lote registrado perante a 8ª Circunscrição de Registro Imobiliário da Comarca de Curitiba, sob a matrícula 200.132, de Indicação Fiscal 49.023.004.000, lote de terreno nº 04, da quadra 04, da Planta de Loteamento Maximino Baggio e Ivo Moro, situado na Cidade Industrial de Curitiba, nesta cidade de Curitiba, localizado a 36,00 metros de distância da esquina com a Rua Alexandre Leocádio Santana (W760S), de forma retangular, medindo 12,00 metros de frente para a Rua Maria Helena Brandão, antiga Rua nº 04 (W777M), nº 331; pelo lado direito, de quem da referida rua olha o imóvel, mede 40,00 metros e confronta com o lote de indicação fiscal nº 49.023.005.000; pelo lado esquerdo mede 40,00 metros e confronta com o lote de indicação fiscal nº 49.023.003.000 e na linha de fundos, onde mede 12,00 metros, confronta com os lotes de indicações fiscais nº 49.023.011.000 e 49.023.021.000; fechando o perímetro e perfazendo a área total de 480,00 metros quadrados, sem benfeitorias.

Forma de Execução:

Execução Indireta.

Prazo de Execução:

90 (noventa) dias.

Cronograma de Execução:

Forma de Pagamento:

✎ Serão admitidas propostas para pagamento à vista ou a prazo, nos termos e limites estabelecidos no ANEXO 01 do Edital da Concorrência Pública n.º 001/2017.

✎ Para propostas de pagamento à vista, o preço deverá ser integralmente pago até o ato de assinatura do respectivo Contrato Particular e/ou Escritura Definitiva de Compra e Venda, sob

pl



CURITIBA



CURITIBA S.A.
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA

PROJETO BÁSICO

pena de desclassificação da proposta e aplicação das sanções cabíveis ao ofertante.

- ✚ Para propostas de pagamento a prazo, o valor da parcela de entrada ofertada deverá ser paga até o ato de assinatura do respectivo Contrato Particular e/ou Escritura Definitiva de Compra e Venda, sob pena de desclassificação da proposta e aplicação das sanções cabíveis ao ofertante.
- ✚ Na hipótese do adquirente ser ocupante do imóvel objeto da compra e venda, serão de sua responsabilidade as despesas vencidas e vincendas com IPTU, débitos condominiais, foro, laudêmio, e demais tarifas, taxas ou qualquer outro tributo ou ônus incidente sobre o bem, e o ressarcimento de eventuais quantias pagas pela CURITIBA S.A. a tais títulos deverá ser efetuado até o ato de assinatura do respectivo Contrato Particular e/ou Escritura Definitiva de Compra e Venda, sob pena de desclassificação da proposta e aplicação das sanções cabíveis ao ofertante.
- ✚ Não será permitida a utilização de FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço em nenhuma das condições de pagamento.
- ✚ As propostas de pagamento a prazo deverão obedecer às seguintes condições:
 - a) entrada equivalente a pelo menos 20% (vinte por cento) do valor mínimo de venda;
 - b) prazo máximo de parcelamento será de até 60 (sessenta) meses.
- ✚ O financiamento da parte do preço a ser parcelada será efetuado diretamente perante a CURITIBA S.A., e as prestações correspondentes serão calculadas pelo sistema PRICE, a uma taxa nominal de 0,5% a.m. (zero vírgula cinco por cento ao mês), sobre o valor do saldo remanescente, expressas em Reais (R\$).
- ✚ No caso de ofertante pessoa física, o valor das prestações resultantes da proposta parcelada não poderá ultrapassar a proporção de 25% (vinte e cinco por cento) da renda familiar à época da contratação.
- ✚ No caso de ofertante pessoa jurídica, por ocasião da contratação, deverá ser comprovada a capacidade de pagamento, em função da somatória dos encargos mensais, através de declaração firmada pelo representante legal da empresa, em conjunto com profissional devidamente habilitado junto ao Conselho Regional de Contabilidade – CRC, discriminando o faturamento e as despesas dos últimos 12 (doze) meses, bem como apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Origens e Aplicações de Recursos, relativas ao último exercício social, apresentados na forma da lei.

Principais Obrigações do CONTRATADO:



CURITIBA



CURITIBA S.A.
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA

PROJETO BÁSICO

- ❖ Como condição determinante para realização do contrato e assinatura do instrumento definitivo de compra e venda, o CONTRATADO se obriga a destinar o imóvel objeto do presente à implantação definida no "Quadro Resumo do Empreendimento a ser Implantado no Imóvel Objeto do Contrato" do Anexo II do instrumento de contrato..
- ❖ O atraso injustificado na a implantação e início da operação do empreendimento referido no item anterior será justa causa para rescisão do contrato ou vencimento antecipado da dívida, a critério da CONTRATANTE.
- ❖ Toda e qualquer alteração nas características do empreendimento a ser implantado e operado no imóvel objeto do contrato durante a fase de implantação deverá ser antecipadamente comunicada e aprovada pela CONTRATANTE.
- ❖ Qualquer alteração na natureza do empreendimento a ser implantado e operado no imóvel durante a vigência do contrato, mesmo que posterior a fase de implantação, deverá ser previamente comunicada e aprovada pela CONTRATANTE, sob pena de não rescisão e não efetivação da compra e venda definitiva.
- ❖ Obriga-se ainda o COMPRADOR, a:
 - a. respeitar integralmente as posturas e normas existentes ou que venham a ser estabelecidas pela CURITIBA S/A ou suas sucessoras, PMC, IAP e outras entidades, isentando de responsabilidade da CURITIBA S/A pelo seu eventual descumprimento;
 - b. não construir sobre as faixas de domínio e nas áreas não edificáveis;
 - c. construir cerca em todo perímetro do terreno no prazo previsto no Anexo II deste Contrato.
- ❖ É de responsabilidade exclusiva do COMPRADOR o cumprimento de todos os pré-requisitos e a obtenção de todos os pressupostos para a implantação e início da operação do empreendimento a ser executado no imóvel objeto do contrato, tais como alvarás, licenças e autorizações perante os órgãos públicos competentes, bem como o pagamento de todos os emolumentos, taxas e despesas, se for o caso.
- ❖ É igualmente de responsabilidade exclusiva do COMPRADOR a observância das normas de segurança pública e ambiental, e das posturas municipais para edificação e desenvolvimento das atividades pretendidas, sendo causa de rescisão imediata com aplicação da multa contratual a não observância da legislação ambiental, urbanística e de saúde pública.
- ❖ Declara o COMPRADOR no ato de assinatura do contrato, que previamente à assinatura do instrumento, realizou todos os estudos de viabilidade do empreendimento que pretende implantar e operar no imóvel, que está ciente de todas as restrições legais a atividade a ser desenvolvida e ao seu desenvolvimento no imóvel objeto do contrato em específico, e que assume integral e exclusivamente os ônus decorrentes de eventual impossibilidade de implantar e operar o empreendimento nos moldes previstos, desonerando a CURITIBA S.A. de qualquer responsabilidade e estando ciente de que esta circunstância não constitui causa para resolver o contrato em seu benefício.
- ❖ Durante a vigência do contrato e sob pena de rescisão, deverá o COMPRADOR manter o bem objeto do contrato em perfeito estado de integridade, segurança, uso e gozo.
- ❖ O COMPRADOR não poderá vender, transferir, locar ou ceder o imóvel objeto do presente

101



CURITIBA



CURITIBA S.A.
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA

PROJETO BÁSICO

contrato, no todo ou em parte, nem tampouco os direitos relativos ao presente negócio jurídico, ou mesmo promover a intenção ou a promessa de venda ou cessão, a qualquer título, sem a expressa e prévia autorização da CURITIBA S.A, sob pena de incidir em justa causa para rescisão ou vencimento antecipado do contrato.

- ❖ Enquanto não quitado integralmente o preço, o COMPRADOR não poderá ofertar o bem objeto do presente e nem tampouco os direitos decorrentes do contrato como garantia, penhor ou caução de quaisquer negócios jurídicos ou ações judiciais, nem sobre ele constituir qualquer ônus reais, sob pena de ineficácia absoluta e integral responsabilidade perante terceiros prejudicados, sem prejuízo da reparação de eventuais danos causados à CURITIBA S.A.
- ❖ Após a quitação do preço e a formalização do instrumento definitivo de compra e venda, deverá a CURITIBA S.A. ser chamada a intervir no ato como detentora de direito de preferência na aquisição do bem, sempre que o COMPRADOR vier ofertar o bem objeto do presente como garantia, penhor ou caução de quaisquer negócios jurídicos ou ações judiciais.
- ❖ Em qualquer hipótese, no caso de penhora, arrestamento, indisponibilização ou constrição judicial do bem objeto do contrato, resta o COMPRADOR obrigado a comunicar imediatamente os termos do presente contrato ao Juízo que a tenha ordenado e à CURITIBA S.A. a ocorrência do fato, sob pena de responder pelos prejuízos que sua omissão ou demora der causa.
- ❖ Compete ao COMPRADOR arcar com as despesas relativas à escrituração e registro do instrumento definitivo de compra e venda.

Principais Obrigações do CONTRATANTE:

- ❖ Acompanhar, fiscalizar, controlar as obrigações do Contrato pela empresa COMPRADORA.
- ❖ Fornecer a qualquer tempo e com a máxima presteza, mediante solicitação escrita da COMPRADORA, ressalvados os casos de urgência, informações adicionais para dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, do presente ajuste.
- ❖ Notificar por escrito a COMPRADORA se verificado qualquer problema no cumprimento das obrigações contratuais e editalícias.
- ❖ Responsabilizar-se pelo fornecimento de todas as informações que se fizerem necessários para a realização completa da licitação.
- ❖ Notificar por escrito a CONTRATADA da aplicação de eventuais multas, da suspensão da execução da entrega do material e da sustação do pagamento;
- ❖ Controlar os recebimentos ajustados.

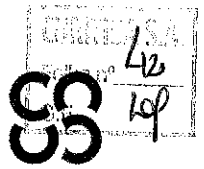
Forma de contratação pretendida:

() Licitação por: () Concorrência Pública () Pregão () Tomada de Preços () Carta Convite

101



CURITIBA



CURITIBA S.A.
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA

PROJETO BÁSICO

Dispensa de Licitação (x)

Inexigibilidade de Licitação ()

Justificativa para a forma de contratação apontada:

Dispensa de Licitação, conforme art. 24, inciso V da Lei Federal 8.666/1993

Art. 24. É dispensável a licitação :

(...)

V - quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo à administração, mantidas, neste caso, todas as condições estabelecidas."


DAVIDSON JOSÉ MOULEPES

Gerencia Financeira/ Administrativa e de
Pessoal

01-039433/2018

Protocolo : 01-039433/2018

01-039433/2018

Interessado : DARCY GARCIA DE SOUZA**Cadastro :** 27/03/2018**Assunto :** 6040 - SOLICITACAO DE ANALISE**Telefone :** 99696 5773**Documento Original :** SOLICITAÇÃO COMPRA IMÓVEL 2018

010394332018006614 CTBAGAP31

Local : CURITIBASA - CTBAGAP31

DM 007

Obs: Para informações a respeito do andamento deste protocolo é possível a consulta no site:
[HTTP://CONSULTAPROTOCOLO.CURITIBA.PR.GOV.BF](http://CONSULTAPROTOCOLO.CURITIBA.PR.GOV.BF)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA

Folha de Rosto**IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE****Nome / Razão Social:** DARCY GARCIA DE SOUZA**Nome Fantasia / Unidade Administrativa:****CNPJ / CPF:** 755.041.119-00**Telefone:** 99696 5773**Endereço:**

R. LAGOA DOURADA Nº 000231 - CAMPO COMPRIDO - Curitiba

DADOS DA SOLICITAÇÃO**Sigla Ident.:**

CURITIBASA

Sigla Origem:

CTBAGAP31

Nome Origem :

PROTOCOLO / RECEPÇÃO - CURITIBA S.A

Sigla Ident.:

CURITIBASA

Sigla Destino:

CTBAGIE1

Nome Destino :

COORDENAÇÃO DE SUPORTE EMPRESARIAL

Assunto:

6040 - SOLICITACAO DE ANALISE

Código T.T.D.: 01-04-01 ASSUNTOS DIVERSOS - COMUNICADOS. PEDIDOS. SOLICITAÇÕES. INFORMAÇÕES. ENCAMINH**Documento Original**

SOLICITAÇÃO COMPRA IMÓVEL 2018

Inscrição Imobiliária / Indicação Fiscal :

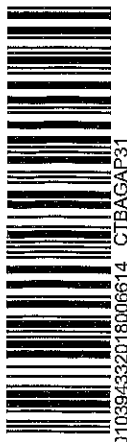
77.1.0024.0400.00-3 - 89.189.001

Regional :

URCI - Unidade Regional CIC

Protocolos Anexados :

01-039433/2018



010394332018006614 CTBAGAP31

Observações :

CURITIBA S.A.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 007/2018 - CURITIBA S.A.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-039.433/2018

Ratifico por este termo, a Dispensa de Licitação n.º 007/2018 para seleção de interessados para aquisição de imóvel de propriedade da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A., localizados na cidade de Curitiba, com as características e preço mínimo de venda constantes no ANEXO I do Edital de Concorrência Pública n.º 001/2017, em favor de **PEDRO ANTONIO GARCIA DE SOUZA (CPF N.º 098.741.879-30)**, no valor total de **R\$ 135.000,00** (*cento e trinta e cinco mil reais*), com base no Art.24, Inciso V, c/c o seu Parágrafo Único, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, de acordo com Parecer da Assessoria Jurídica da CURITIBA S/A sob o n.º 031/2018 – DP-4 e Autorização para Licitar/Dispensar n.º 1906/2018, e tendo em vista os elementos que instruem os Processos N.º 01-039.433/2018.

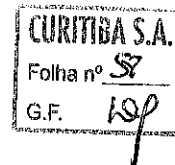
Curitiba, 05 de Junho 2018.



WALTER BRUNO CUNHA DA ROCHA
Diretor Presidente



MATEUS MARANHÃO RAMOS
Diretor Administrativo e Financeiro

[Voltar](#)

Detalhes processo licitatório

Informações Gerais	
Entidade Executora	COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA
Ano*	2018
Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*	7
Modalidade*	Processo Dispensa
Número edital/processo*	0394332018
Recursos provenientes de organismos Internacionais/multilaterais de crédito	
Instituição Financeira	
Contrato de Empréstimo	
Descrição Resumida do Objeto*	A presente licitação tem por objeto a seleção de interessados para aquisição de imóvel de propriedade da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A., localizados na cidade de Curitiba, com as características e preço mínimo de venda constantes no ANEXO I deste Edital, realizando-se a venda, à
Dotação Orçamentária*	
Preço máximo/Referência de preço - R\$*	135.000,00
Data Publicação Termo ratificação	06/06/2018
Data Cancelamento	



CPF: 4194069994 (Logout)